

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 7903/2026

2. INTRODUÇÃO

2.1. O Estudo Técnico Preliminar, em observância ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, constitui instrumento essencial de planejamento, destinado à identificação e análise da necessidade administrativa, à demonstração do interesse público envolvido, bem como à adequada definição do problema a ser solucionado e da solução mais eficiente. Tem, ainda, por finalidade evidenciar a viabilidade técnica e econômica da medida pretendida, fornecendo os elementos indispensáveis à elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência, quando verificada sua pertinência.

2.2. O presente documento integra a fase preparatória do processo administrativo, configurando relevante mecanismo de governança, planejamento e controle, voltado à promoção da eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos. Para tanto, contempla a identificação da demanda administrativa, a análise da viabilidade e razoabilidade da solução proposta, o levantamento e a avaliação das alternativas disponíveis no mercado, a verificação de eventuais impactos ambientais, a adequada caracterização do objeto, bem como a estimativa de custos, dentre outros elementos necessários à instrução processual.

2.3. Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade delimitar, de forma clara, objetiva e precisa, o objeto a ser licitado, apresentando os subsídios técnicos indispensáveis à regular instrução do processo administrativo. Busca-se, assim, viabilizar a instauração de procedimento que conduza à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

3. UNIDADES DEMANDANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SEMC

4. DIRETRIZES QUE NORTERÃO OS ESTUDOS TÉCNICOS

4.1. Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos



parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021** – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** – REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA

5.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:

5.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada execução técnica, artística e operacional da programação cultural da 5ª edição da “CAFECAU – Semana Municipal do Café e do Cacau” e do “FERCACAU – Festival da Canção do Café e do Cacau”, eventos oficialmente integrantes do calendário de ações culturais do Município de Cacoal/RO.

5.1.2. Trata-se de iniciativa de relevante interesse público, voltada ao fortalecimento da cultura regional, ao incentivo à economia criativa, à promoção do turismo local, à valorização dos artistas regionais e ao fomento das cadeias produtivas vinculadas ao café e ao cacau, segmentos de expressiva importância econômica para o Município.

5.1.3. A necessidade da contratação encontra respaldo na Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, que instituiu o Dia e a Semana Municipal do Café e do Cacau, estabelecendo o dever do Poder Público de promover atividades, eventos e ações voltadas ao fortalecimento dessas cadeias produtivas. Ademais, a presente contratação observa as diretrizes da Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, que impõe à Administração o dever de fomentar a participação de artistas locais nas programações culturais oficiais.

5.1.4. No aspecto operacional, o objeto revela-se indispensável para assegurar o acompanhamento musical técnico dos candidatos participantes do FERCACAU, a realização de ensaios prévios para alinhamento artístico, a continuidade e padronização das execuções musicais, bem como a qualidade técnica das apresentações e o fiel cumprimento do cronograma oficial do evento.

5.1.5. Ressalta-se que a ausência da contratação comprometeria diretamente o suporte técnico aos participantes do festival, a qualidade artística da programação cultural, a efetividade das ações promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC e, por



consequente, o atendimento ao interesse público relacionado ao acesso à cultura e à valorização das manifestações culturais locais.

5.1.6. Cumpre destacar, ainda, que a edição anterior da CAFECAU registrou público estimado em aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas ao longo de três dias de evento, evidenciando sua relevância social, cultural e econômica. O relatório institucional da 4ª CAFECAU/2025 demonstrou impactos positivos no fortalecimento do comércio local, no incentivo aos artesãos e às agroindústrias, na valorização da cultura regional, na participação de artistas locais e no estímulo ao turismo cultural e à integração social da população.

5.1.7. Dessa forma, resta plenamente caracterizada a necessidade administrativa da presente contratação, evidenciando-se sua essencialidade para a adequada execução das políticas públicas culturais desenvolvidas pelo Município de Cacoal/RO.

5.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

5.2.1. A finalidade pública da presente contratação baseia-se no estrito cumprimento das normas constitucionais e no alcance de metas socioeconômicas legítimas, afastando de forma definitiva qualquer ideia de mero entretenimento supérfluo e consolidando a despesa como investimento público estratégico.

5.2.2. Sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro, a ação administrativa encontra amparo direto no artigo 23, inciso V, da Constituição Federal, que estabelece a competência comum dos entes públicos para proporcionar os meios de acesso à cultura, combinado com o artigo 215, que impõe ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiando e incentivando a valorização e a divulgação das manifestações locais. No âmbito do Município de Cacoal/RO, essa obrigação foi devidamente estabelecida e detalhada por meio das Leis Municipais nº 4.770/PMC/2021 e nº 5.491/PMC/2024, cujas determinações impõem à Administração o dever de agir como agente de incentivo cultural e econômico.

5.2.3. Para fins de conformidade com o princípio da impessoalidade e da finalidade, o interesse público protegido por esta contratação subdivide-se em três eixos integrados de resultados:

- O evento atua como instrumento de inclusão social, garantindo à população, de forma gratuita, o acesso a atrações culturais de elevada qualidade técnica e artística. A contratação do suporte técnico e musical não é um fim em si mesma, mas o meio indispensável para viabilizar a realização do "FERCACAU", assegurando tratamento



igualitário, profissional e digno aos artistas locais inscritos, em total acordo com a "Lei do Artista da Casa".

- O Poder Público atua aqui como motor do desenvolvimento. As cadeias produtivas do café e do cacau representam setores estratégicos da economia de Cacoal. Ao promover a "5ª CAFECAU", a prefeitura estimula diretamente a economia criativa, o agronegócio familiar, as agroindústrias e o artesanato local. O gasto público justifica-se pelo retorno financeiro indireto obtido pelo município através do aquecimento do comércio, da rede hoteleira, do setor de eventos e da gastronomia, gerando emprego e renda para a comunidade.
- Em atendimento às exigências do artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que proíbe decisões baseadas apenas em ideias jurídicas abstratas sem considerar as consequências práticas, a finalidade pública desta contratação está solidamente baseada em dados reais. O Relatório Institucional da edição anterior (4ª CAFECAU/2025) comprova o alcance social da iniciativa, que atraiu um público aproximado de 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas e gerou impacto econômico positivo no comércio local. A ligação direta entre o investimento público e o benefício social para todos encontra-se, portanto, plenamente demonstrada.

5.2.4. Por todo o exposto, fica evidente que o objeto desta contratação atende perfeitamente ao conceito de bem comum. A aplicação dos recursos do orçamento atende ao princípio da eficiência e ao interesse público, convertendo a verba financeira em desenvolvimento econômico real, preservação da identidade cultural e bem-estar social para a população do Município de Cacoal/RO.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E DEMONSTRAÇÃO DE SOLUÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DEMANDADO

6.1. Do levantamento de mercado realizado, em observância às diretrizes da fase preparatória da contratação pública, constatou-se a existência de distintas soluções aptas ao atendimento da demanda formalmente apresentada. O referido levantamento foi conduzido com base em critérios técnicos e objetivos, considerando as práticas correntes do setor, a disponibilidade de fornecedores, os modelos de execução adotados pela Administração Pública e os parâmetros de eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

6.2. Nesse contexto, foram identificadas e analisadas alternativas de execução, especialmente a contratação individual de músicos e a contratação de conjunto musical (banda



completa), as quais se mostram, em tese, aptas ao atendimento da necessidade administrativa, permitindo a devida comparação entre as soluções disponíveis.

6.3. Considerando a natureza artística da demanda e a necessidade de acompanhamento técnico específico dos calouros, a análise comparativa demonstrou que a contratação de uma banda completa (conjunto musical) revela-se a solução mais adequada e eficiente em relação à contratação individual de músicos, uma vez que assegura maior entrosamento entre os integrantes, melhor qualidade na execução musical e maior uniformidade artística, além de simplificar a logística operacional sob responsabilidade da Administração.

6.4. Nesse sentido, cumpre detalhar, nos tópicos subsequentes, a análise comparativa entre as soluções prospectadas, evidenciando suas características, vantagens e limitações, de modo a fundamentar a escolha da alternativa mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, em observância aos critérios técnicos, operacionais e de vantajosidade que orientam a presente contratação.

6.5. DETALHAMENTO DA PROSPECÇÃO MERCADOLÓGICA:

SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL DE MÚSICOS AUTÔNOMOS:

A contratação individualizada de músicos mostra-se operacionalmente desvantajosa, considerando:

- maior complexidade logística;
- dificuldade de integração técnica entre os profissionais;
- multiplicidade de vínculos contratuais;
- aumento dos riscos de falhas operacionais;
- maior dificuldade de fiscalização e gestão contratual;
- potencial elevação dos custos indiretos de execução.

SOLUÇÃO 02 – UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DE ARTISTAS LOCAIS SEM ESTRUTURA INTEGRADA:

Embora exista relevante interesse público na valorização de artistas locais, a utilização de músicos sem estrutura técnica integrada poderá comprometer:

- a padronização musical das apresentações;
- a qualidade artística do resultado final;
- o alinhamento técnico com os calouros participantes;
- a continuidade e regularidade da execução durante o evento.



SOLUÇÃO 03 – CONTRATAÇÃO DE CONJUNTO MUSICAL COMPLETO:

A contratação de banda/conjunto musical completo demonstrou-se a solução mais vantajosa e eficiente, considerando:

- integração técnica entre os músicos;
- maior qualidade artística na execução;
- centralização da responsabilidade contratual em um único instrumento;
- simplificação da fiscalização e gestão do contrato;
- redução de riscos operacionais;
- otimização logística;
- maior previsibilidade e estabilidade da execução contratual.

6.6. ANÁLISE COMPARATIVA SOB A ÓTICA DO CUSTO, RISCO E TEMPESTIVIDADE:

6.6.1. A presente análise comparativa considera as alternativas de execução identificadas no estudo técnico preliminar, avaliadas sob os aspectos de custo, risco e tempestividade, em consonância com os princípios da eficiência e da vantajosidade administrativa.

6.6.2. CUSTO:

6.6.2.1. O custo efetivo da contratação será aferido após a pesquisa mercadológica, com base na média, mediana ou no menor valor válido obtido, conforme metodologia usual de formação de preços na Administração Pública. Considerando tratar-se de serviço artístico pontual, destinado à execução em evento cultural específico e de curta duração, o ciclo de vida do objeto limita-se às etapas de planejamento, fase preparatória, deslocamento e logística, ensaios técnicos, execução artística, bem como desmontagem e encerramento.

6.6.2.2. Sob a ótica comparativa, verifica-se que a contratação de solução integrada (conjunto musical completo) tende a apresentar maior vantajosidade econômica, em razão da centralização da execução e da redução de custos administrativos associados à gestão de múltiplos contratos individuais, ainda que todos os custos diretos estejam condicionados à pesquisa de mercado.

6.6.3. RISCO:

6.6.3.1. No que se refere aos riscos, a contratação de múltiplos prestadores individuais eleva a probabilidade de inconsistências operacionais, falhas de integração técnica, ausência pontual de profissionais e maior complexidade de gestão e fiscalização contratual.



6.6.3.2. Por outro lado, a solução integrada reduz significativamente os riscos de descontinuidade da execução artística, uma vez que concentra a responsabilidade em um único contratado, promovendo maior coesão técnica e previsibilidade dos resultados.

6.6.4. TEMPESTIVIDADE:

6.6.4.1. Quanto à tempestividade, considerando o caráter temporário e vinculado a evento cultural específico, a eficiência temporal é fator essencial. A contratação de solução integrada tende a proporcionar maior agilidade na organização, sincronização de ensaios e execução, além de reduzir o tempo necessário para alinhamentos operacionais entre múltiplos fornecedores.

6.6.4.2. Já a contratação individualizada demanda maior tempo de coordenação prévia, compatibilização de agendas e ajustes técnicos, o que pode impactar negativamente o cronograma do evento.

6.7. MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE:

6.7.1. Diante das análises realizadas ao longo do presente estudo técnico, conclui-se que a solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de conjunto musical completo, especializado em ritmos regionais, abrangendo MPB, gospel, rock e sertanejo.

6.7.2. Tal escolha justifica-se pela elevada versatilidade técnica exigida para atendimento das diferentes categorias do festival (Gospel, Popular e Kids), as quais demandam repertório diversificado, compatibilidade estilística e adequada integração entre os músicos, de modo a assegurar a qualidade e a uniformidade das apresentações.

6.7.3. A solução ora escolhida demonstra-se tecnicamente mais vantajosa, uma vez que proporciona:

- padronização técnica das apresentações;
- melhor qualidade artística do resultado final;
- maior eficiência operacional na execução do objeto;
- redução de falhas durante as apresentações;
- maior previsibilidade e estabilidade da execução contratual.

6.7.4. Adicionalmente, a contratação de conjunto musical integrado confere maior segurança ao cumprimento do cronograma oficial da 5ª edição da CAFECAU e do FERCAU, minimizando riscos operacionais e assegurando a adequada realização do evento, em



consonância com o interesse público e com os princípios da eficiência e da continuidade dos serviços culturais.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução adotada compreende a prestação de suporte técnico-musical completo ao festival, mediante a contratação de conjunto musical integrado, apto a atender às necessidades artísticas e operacionais do evento.

7.2. O escopo da execução abrange tanto o acompanhamento musical dos calouros participantes, mediante realização de ensaios prévios e alinhamento técnico necessário à adequada performance nas categorias previstas, quanto a execução de apresentações musicais destinadas ao entretenimento do público durante a programação oficial da CAFECAU.

7.3. Dessa forma, a solução assegura a compatibilização entre suporte técnico especializado e execução artística qualificada, garantindo a adequada integração entre os músicos e os participantes, bem como a entrega de apresentações com padrão técnico e artístico compatível com a natureza e a relevância do evento.

8. ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. No presente caso, não se aplica o parcelamento do objeto, uma vez que a contratação refere-se a solução integrada e indivisível, estruturada em um único item, correspondente à execução de conjunto musical completo.

8.2. Trata-se de demanda que exige unidade técnica e operacional, com interação contínua entre os profissionais envolvidos, de modo que a eventual divisão em itens distintos comprometeria a coerência artística, a sincronização das apresentações e a própria qualidade da execução musical.

8.3. Além disso, o fracionamento do objeto acarretaria perda de eficiência administrativa, aumento da complexidade de gestão contratual e riscos de desarticulação entre os executores, o que impactaria negativamente a realização do evento.

8.4. Dessa forma, a contratação integrada em item único mostra-se a solução mais adequada, por assegurar a necessária padronização técnica, a eficiência operacional e a plena execução do objeto, em consonância com o interesse público.

9. DESCRITIVO TÉCNICO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO



9.1. O objeto consiste na prestação de serviços artísticos musicais, mediante disponibilização de conjunto musical (banda) composto por, no mínimo, 05 (cinco) músicos profissionais, destinado à realização de ensaios técnicos, acompanhamento musical dos candidatos do FERCAU e execução de apresentações culturais durante a 5ª edição da CAFECAU.

9.2. Trata-se de 01 (um) conjunto musical completo, em regime de serviço global, abrangendo todo o período de execução do evento, compreendido entre os dias 24 e 28 de junho de 2026.

9.3. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO A SER CONTRATADO:

9.3.1. A banda deverá ser composta, obrigatoriamente, pelos seguintes profissionais:

- 01 (um) baterista;
- 01 (um) contrabaixista;
- 01 (um) guitarrista;
- 01 (um) violonista;
- 01 (um) tecladista ou sanfoneiro.

9.3.2. Compete à contratada o fornecimento integral de todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, equipamentos musicais e demais insumos indispensáveis, não gerando quaisquer custos adicionais à Administração além do valor contratado.

9.4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE:

9.4.1. A estimativa corresponde à contratação de 01 (um) serviço global, considerando a natureza indivisível e integrada do objeto.

9.5. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO:

9.5.1. O serviço compreenderá:

- 02 (dois) dias de ensaios técnicos, a serem realizados nos dias 24 e 25 de junho de 2026, com carga horária diária estimada entre 06 (seis) e 09 (nove) horas;
- 03 (três) dias de apresentações artísticas, a serem realizadas no período de 26 a 28 de junho de 2026, conforme programação oficial do evento.

9.5.2. A execução deverá observar padrões adequados de qualidade técnica e artística, assegurando o pleno atendimento das necessidades do evento e o regular cumprimento do cronograma estabelecido pela Administração.

9.6. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS



E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

9.7. A estimativa de custo da solução foi elaborada em caráter preliminar, com base em análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos, parâmetros de mercado e avaliação técnica dos insumos necessários à execução do objeto. Tal estimativa tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão quanto à viabilidade da contratação e à adequação da solução proposta.

9.8. Considerando os referenciais disponíveis e a complexidade do objeto, projeta-se que o custo global da contratação situe-se na ordem de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, valor este meramente indicativo, sujeito a confirmação posterior por meio de pesquisa de preços formal, a ser realizada na fase de planejamento da contratação.

9.9. Ressalta-se que o montante estimado não vincula a Administração, servindo apenas como parâmetro inicial para avaliação da viabilidade econômico-financeira da solução, devendo ser oportunamente validado, ajustado e comprovado mediante levantamento de mercado mais aprofundado, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021.

9.10. Por fim, destaca-se que a presente estimativa não substitui a obrigatória pesquisa de preços, a qual deverá observar critérios técnicos e metodológicos adequados, assegurando a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.11. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:

9.11.1. Considerando que a presente contratação configura inovação no âmbito da programação cultural da CAFECAU, notadamente em razão da ampliação da participação de artistas regionais e locais sediados no Estado de Rondônia, não há registros pretéritos de contratações com objeto equivalente que permitam a utilização de memória de cálculo ou parâmetros comparativos baseados em exercícios anteriores.

9.11.2. Ressalta-se que a modelagem ora adotada apresenta características específicas e inéditas no contexto do evento, especialmente no que se refere à estruturação do acompanhamento musical técnico aos participantes do FERCACAU, o que inviabiliza a utilização de séries históricas como referência para estimativas quantitativas ou qualitativas.

9.11.3. Dessa forma, a ausência de histórico de consumo não decorre de falha de planejamento, mas sim da natureza inovadora da contratação, sendo as estimativas e definições do objeto fundamentadas em análise técnica atual, alinhada às necessidades da Administração Pública Municipal e aos objetivos institucionais do evento.



10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA

10.1. A execução do objeto deverá observar integralmente os requisitos legais, normativos e técnicos aplicáveis, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços, a qualidade das apresentações e a conformidade com o ordenamento jurídico vigente, bem como o pleno atendimento ao calendário cultural do município.

10.2. REQUISITOS LEGAIS:

10.2.1. No âmbito legal, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

10.2.2. Deverá, ainda, ser observado o disposto na Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, que institui o Dia e a Semana Municipal do Café e do Cacau, e na Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, especialmente no que se refere à valorização e participação de artistas locais nas programações culturais promovidas pela Administração Pública Municipal.

10.3. REQUISITOS NORMATIVOS:

10.3.1. A execução deverá observar as normas e regulamentos aplicáveis à realização de eventos públicos, especialmente aqueles relacionados à segurança, acessibilidade, controle de público, direitos autorais e execução musical, incluindo, quando aplicável, o recolhimento de direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, bem como a obtenção de licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes.

10.4. REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS:

10.4.1. A execução dos serviços deverá observar padrões mínimos de qualidade e desempenho, compreendendo:

- I.** disponibilização de conjunto musical (banda) composto por, no mínimo, 05 (cinco) músicos, sendo obrigatoriamente: 01 baterista, 01 contrabaixista, 01 guitarrista, 01 violonista e 01 tecladista ou sanfoneiro;
- II.** realização de 02 (dois) dias de ensaios técnicos, nos dias 24 e 25 de junho de 2026, com os candidatos participantes do FERCACAU, com carga horária diária entre 06 (seis) e 09 (nove) horas, garantindo o alinhamento artístico e musical;
- III.** disponibilidade da equipe no município de Cacoal no dia 24 de junho de 2026, às 08h00min, para início das atividades;



- IV. acompanhamento musical ao vivo de até 10 (dez) calouros por dia, nas categorias Gospel Regional (26/06), Popular Regional (27/06) e Kids Regional (28/06), assegurando sincronia, qualidade sonora e fidelidade aos estilos musicais exigidos;
- V. execução de apresentações musicais próprias nos dias 26 e 27 de junho de 2026, com duração mínima de 02 (duas) horas e máxima de 04 (quatro) horas por apresentação;
- VI. utilização de instrumentos musicais, equipamentos de som e acessórios em perfeito estado de funcionamento, adequados às exigências do evento;
- VII. fornecimento integral de todos os recursos necessários à execução, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, equipamentos e demais insumos, sem geração de custos adicionais à Administração;
- VIII. cumprimento rigoroso do cronograma oficial do evento, incluindo ensaios e apresentações, com início previsto das atividades artísticas às 20h00min nos dias de execução;
- IX. observância das normas de segurança do trabalho e de prevenção de riscos durante toda a execução dos serviços;
- X. atuação coordenada com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Cultura – SEMC, garantindo integração operacional e qualidade das apresentações;
- XI. garantia de continuidade dos serviços e manutenção da qualidade técnica, responsabilizando-se por eventuais substituições de profissionais ou equipamentos, quando necessário.

10.5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

10.5.1. A execução observará o seguinte cronograma:

10.5.1.1. ENSAIOS TÉCNICOS:

- Período: 24 e 25 de junho de 2026;
- Estrutura: divisão em turnos (matutino, vespertino e noturno), com duração estimada de 02 a 03 horas por período;
- Carga horária: mínimo de 06 (seis) e máximo de 09 (nove) horas diárias.

10.5.1.2. APRESENTAÇÕES:

- 26 de junho de 2026: acompanhamento de calouros – categoria Gospel Regional, seguido de apresentação musical própria;
- 27 de junho de 2026: acompanhamento de calouros – categoria Popular Regional, seguido de apresentação musical própria;



- 28 de junho de 2026: acompanhamento de calouros – categoria Kids Regional.

10.5.2. Os períodos destinados à passagem de som, montagem e regulagem de equipamentos não serão computados no tempo de duração das apresentações musicais.

10.6. CONDUTA E CONFORMIDADE:

10.6.1. A empresa executora deverá manter conduta profissional compatível com a natureza institucional do evento, observando padrões éticos, de urbanidade e respeito às diretrizes da Administração Pública, bem como cumprir integralmente as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias aplicáveis.

11. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

11.1. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1.1. Para a adequada implementação da solução pretendida, caberá à Administração Pública Municipal adotar, previamente à execução contratual, as providências necessárias à organização e estruturação do ambiente em que se dará a prestação dos serviços, de modo a assegurar condições plenas para o desempenho das atividades pelo contratado.

11.1.2. Dentre as providências prévias a serem adotadas, destacam-se:

- I.** elaboração e divulgação do cronograma oficial do evento, contemplando datas, horários e ordem das apresentações;
- II.** articulação e alinhamento com os candidatos participantes do FERCACAU, incluindo orientações quanto à dinâmica dos ensaios e apresentações;
- III.** disponibilização da infraestrutura básica necessária à realização do evento, incluindo palco, sistema de sonorização, iluminação e demais recursos logísticos, quando não integrantes do escopo do contratado;
- IV.** designação de equipe técnica responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- V.** obtenção de autorizações, licenças e demais providências administrativas necessárias à realização de evento público, quando aplicável.

11.1.3. Registre-se que tais providências possuem caráter preparatório e organizacional, sendo indispensáveis para assegurar a adequada integração entre a atuação da Administração e a execução dos serviços contratados.

11.1.4. Dessa forma, uma vez implementadas as medidas acima elencadas, não subsistirão óbices de ordem técnica, administrativa ou logística ao regular início da execução contratual,



a qual deverá ocorrer em conformidade com o planejamento estabelecido e as disposições deste Termo de Referência.

11.2. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

11.2.1. Para a plena execução do objeto, verifica-se a existência de contratações correlatas e interdependentes, as quais, embora possuam objetos distintos, guardam relação direta com a viabilização e o adequado funcionamento da programação cultural da 5ª edição da CAFECAU e do FERCACAU.

11.2.2. Dentre as contratações correlatas, destacam-se aquelas voltadas à estruturação do evento, tais como serviços de sonorização, iluminação, montagem de palco, locação de equipamentos, produção executiva, segurança, apoio logístico, bem como demais serviços necessários à realização de eventos de médio e grande porte.

11.2.3. No que se refere à interdependência, ressalta-se que a execução do objeto ora pretendido, consistente no acompanhamento musical dos candidatos participantes do FERCACAU, está diretamente vinculada à adequada disponibilização da infraestrutura técnica e operacional do evento, notadamente palco, sistema de som, iluminação e organização do cronograma, elementos indispensáveis para a realização dos ensaios e das apresentações artísticas.

11.2.4. Não obstante a relação de interdependência operacional, registra-se que tais contratações poderão ser conduzidas de forma autônoma, desde que devidamente planejadas e coordenadas pela Administração, de modo a assegurar a compatibilidade entre os objetos, a integração das equipes envolvidas e o cumprimento do cronograma estabelecido.

11.2.5. Dessa forma, conclui-se que as contratações correlatas e interdependentes devem ser consideradas no planejamento global do evento, a fim de garantir a eficiência, a continuidade e a qualidade da execução das ações culturais, bem como o pleno atendimento ao interesse público.

12. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

12.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas pela unidade demandante, a necessidade em apreço não se encontra contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), não estando, portanto, alinhada ao planejamento previamente estabelecido.

12.2. Todavia, tal circunstância não constitui óbice à sua realização, considerando a superveniência da demanda, a necessidade administrativa devidamente justificada e o



interesse público envolvido, os quais impõem a adoção das medidas necessárias à sua viabilização. Ressalta-se, ainda, que a não previsão no PCA decorre do caráter inovador da solução proposta, especialmente no que se refere à ampliação e qualificação da programação cultural da CAFECAU, com a inclusão de novas dinâmicas artísticas e maior valorização de artistas regionais, circunstâncias que não puderam ser integralmente antecipadas no momento da elaboração do planejamento anual.

12.3. Ademais, verifica-se que a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

12.4. Dessa forma, resta devidamente demonstrado que a iniciativa observa os pressupostos de legalidade, planejamento e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública, ainda que não prevista no Plano de Contratações Anual (PCA).

12.5. A execução do objeto observará rigorosamente as informações orçamentárias detalhadas na tabela subsequente, a qual discrimina os custos estimados, quantitativos e respectivas fontes de recursos, servindo como parâmetro para a adequada alocação financeira e controle da despesa pública. Dessa forma, assegura-se a compatibilidade entre a solução proposta e a disponibilidade orçamentária, garantindo a regularidade da execução contratual e a conformidade com os instrumentos de planejamento e gestão fiscal vigentes.

13. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

13.1.1. A contratação poderá ensejar determinados impactos ambientais, ainda que de baixa magnitude, típicos de eventos culturais de caráter temporário.

13.1.2. Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se: a geração de resíduos sólidos, decorrente da montagem de estruturas, utilização de equipamentos e consumo de materiais diversos; a emissão de ruídos provenientes da execução musical e operação de equipamentos de sonorização, podendo afetar a fauna local e o bem-estar da comunidade do entorno; o aumento do consumo de energia elétrica para funcionamento de sistemas de iluminação,



amplificação sonora e demais aparatos técnicos; bem como a possível emissão de gases poluentes associada ao transporte de equipamentos, equipe técnica e artistas.

13.1.3. Adicionalmente, pode ocorrer interferência temporária na dinâmica local, especialmente em áreas próximas ao evento, em razão da concentração de público, circulação de veículos e necessidade de suporte logístico, o que pode gerar impactos indiretos, como aumento na produção de resíduos urbanos e pressão sobre serviços públicos.

13.1.4. Contudo, ressalta-se que tais impactos são, em sua maioria, temporários, reversíveis e passíveis de mitigação mediante a adoção de boas práticas de gestão ambiental, não configurando impedimento à realização do evento, desde que observadas as medidas adequadas de controle e minimização dos efeitos adversos.

13.2. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:

13.2.1. Visando mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação, deverão ser adotadas medidas preventivas e corretivas pautadas em boas práticas de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental.

13.2.2. No que se refere à geração de resíduos sólidos, deverá ser promovida a correta segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada, com incentivo à coleta seletiva, disponibilização de recipientes apropriados em pontos estratégicos e orientação aos participantes, equipe técnica e público em geral quanto ao descarte consciente.

13.2.3. Para mitigação dos impactos sonoros, recomenda-se a observância dos limites legais de emissão de ruídos, com adequado controle dos níveis de pressão sonora, posicionamento estratégico das caixas acústicas, de modo a reduzir eventuais incômodos à comunidade do entorno e minimizar interferências sobre a fauna.

13.2.4. Quanto ao consumo de energia elétrica, deverão ser priorizados equipamentos com maior eficiência energética, bem como a adoção de práticas de uso racional, evitando desperdícios e desligando equipamentos quando não estiverem em operação. Sempre que possível, recomenda-se a utilização de fontes de energia mais sustentáveis.

13.2.5. Em relação às emissões atmosféricas oriundas do transporte de equipamentos e equipes, sugere-se o planejamento logístico otimizado, com redução de deslocamentos desnecessários, utilização de veículos adequadamente revisados e, quando viável, o compartilhamento de transporte entre os envolvidos.

13.2.6. Adicionalmente, a organização do evento deverá promover ações de conscientização ambiental junto aos participantes e público, reforçando a importância da preservação do



espaço utilizado, bem como garantir a limpeza e a recuperação da área após o encerramento das atividades.

13.2.7. Dessa forma, mediante a implementação das medidas mitigadoras ora propostas, os impactos ambientais identificados poderão ser significativamente reduzidos, assegurando que a realização do evento ocorra de forma ambientalmente responsável e em consonância com os princípios da sustentabilidade.

14. DA DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

14.1. Com a futura contratação, a Administração Pública Municipal almeja alcançar os seguintes resultados e objetivos institucionais:

- a) Promover a valorização e difusão da cultura regional por meio da realização de apresentações musicais e do incentivo à participação de artistas locais, em consonância com a Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, fomentando o desenvolvimento artístico-cultural no âmbito do Município de Cacoal/RO.
- b) Assegurar a adequada realização do festival musical “FERCACAUI”, mediante a oferta de suporte técnico e artístico qualificado aos candidatos participantes, fortalecendo as manifestações culturais locais e promovendo o acesso democrático à cultura e ao entretenimento.
- c) Estimular a participação da comunidade nas ações culturais promovidas pela Administração Pública, contribuindo para o fortalecimento do convívio social, do sentimento de pertencimento e da integração entre artistas, produtores culturais, população local e visitantes.
- d) Contribuir para o dinamismo da economia local, por meio do fomento ao turismo cultural e ao fortalecimento da cadeia produtiva de eventos, beneficiando o comércio, o setor gastronômico, os artesãos e as agroindústrias participantes da CAFECAUI.
- e) Assegurar elevado padrão técnico e artístico nas apresentações musicais e no acompanhamento dos participantes do festival, garantindo organização, sincronização, qualidade sonora e a adequada execução da programação cultural.
- f) Fortalecer institucionalmente a CAFECAUI como evento integrante do calendário oficial do Município de Cacoal, nos termos da Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, contribuindo para sua continuidade, ampliação e consolidação nas edições futuras.
- g) Assegurar à população o acesso gratuito às atividades culturais, artísticas e de entretenimento promovidas pelo Poder Público Municipal, em observância aos arts. 215



e 216 da Constituição Federal, promovendo a democratização do acesso à cultura, a inclusão social e a valorização das expressões artísticas regionais.

14.2. Garantir a execução eficiente, contínua e organizada da programação artística da 5ª edição da CAFECAU, mitigando riscos operacionais, falhas técnicas e eventuais prejuízos à realização do evento, de modo a assegurar o pleno atendimento do interesse público que fundamenta a presente contratação.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. À luz das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras empreendidas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução delineada revela-se adequada e suficiente para o atendimento da necessidade administrativa identificada, evidenciando compatibilidade com os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como plena aderência às disposições da Lei nº 14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos.

15.2. Diante do conjunto fático e técnico analisado, resta demonstrado que a solução proposta se apresenta tecnicamente idônea, economicamente vantajosa e administrativamente exequível, atendendo aos requisitos de interesse público e à melhor alocação de recursos. Assim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o regular prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à elaboração dos artefatos da fase preparatória, culminando na instauração do competente procedimento licitatório e, ulteriormente, na formalização do ajuste administrativo.

Cacoal/RO, 01 de junho de 2026.

RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DO PRESENTE ESTUDO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
RAIANE FERREIRA MOREIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMC



Em face de todo o exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, e considerando a consistência das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras realizadas, o signatário competente manifesta **APROVAÇÃO INTEGRAL** ao referido instrumento.

Reconhece-se que as informações inerentes à demanda pleiteada encontram-se devidamente subsidiadas, estruturadas e fundamentadas, restando evidenciada a viabilidade da solução proposta, bem como sua adequação ao atendimento do interesse público.

Dessa forma, aprova-se o presente Estudo Técnico Preliminar para fins de regular prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências subsequentes necessárias à formalização do ajuste administrativo pretendido.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
SANDER RECHESKI RAMOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
DECRETO Nº 11.126/PMC/2026

